



A utilização de princípios da Folkcomunicação e da Educomunicação na busca do diálogo compreensível com comunidades de baixa-renda

Me. Fernando BIFFIGNANDI¹
Dr^a Beatriz DORNELLES²

RESUMO

Este trabalho apresenta características da comunicação existentes entre técnicos do Departamento Municipal de Habitação da Prefeitura de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, e os moradores de comunidades de baixa-renda. A pesquisa objetivou desvendar o efeito da comunicação entre arquitetos e populares, nos processos de construção de moradias, a partir de projetos executados através da política habitacional. Para entender o problema da exclusão social das comunidades de baixa renda, decorrente da dificuldade de compreensão da linguagem técnica, utilizou-se como método a análise de conteúdo, realizada a partir do levantamento de dados com técnicas de questionário e entrevista, aplicadas a partir de grupos focais com os moradores das comunidades do Loteamento Vale do Salso e Conjunto Residencial Nova Chocolate. Os líderes comunitários foram ouvidos através de entrevistas com questões abertas. A pesquisa contou também com levantamento bibliográfico e documental, que contribuíram para produção do referencial teórico. Tomou-se como base os preceitos contidos na Folkcomunicação, de Luiz Beltrão, e na Educomunicação, de Paulo Freire, sendo possível concluir que a importância da participação comunitária transcende as questões constitucionais, ao valorizar o conhecimento popular como o mais forte elemento de expressão da consciência cidadã. Os resultados evidenciaram a importância do referencial humano nos processos comunicacionais, refletida no diálogo entre as comunidades de baixa-renda e os arquitetos, responsáveis pelos projetos de habitação de interesse social. Ao considerar a urgência da revisão desse processo comunicacional, sob a ótica das comunidades beneficiadas, a presente pesquisa reforçou o papel do arquiteto não apenas como técnico, mas como *agente social promotor da cidadania*.

PALAVRAS-CHAVE

Folkcomunicação; Educomunicação; Habitação de interesse social; Políticas públicas.

¹ Arquiteto e urbanista do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre, Mestre em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: <biffignandi@yahoo.com>

² Professora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Fernando Pessoa (Portugal). E-mail: biacpd@pucrs.br

A utilização de princípios da Folkcomunicação e da Educomunicação na busca do diálogo compreensível com comunidades de baixa-renda

Ao refletir sobre o tema da inclusão social, o presente artigo descreve a metodologia utilizada para realização de uma pesquisa que objetivou avaliar a eficiência e os efeitos resultantes da comunicação entre técnicos do poder público municipal (no caso, arquitetos) e moradores de comunidades de baixo poder aquisitivo. Os conceitos utilizados para o estudo basearam-se no referencial teórico da Folcomunicação e da Educomunicação, na busca de alternativas comunicacionais eficientes relativas ao direito à informação.

Nessas últimas décadas, a economia brasileira consolidou um modelo de desenvolvimento com origem na acumulação de capital e lucro, gerando uma concentração da riqueza e consequente aumento da pobreza. O processo de urbanização constante redimensiona o padrão econômico de muitas cidades brasileiras, trazendo consigo uma população de baixa-renda³, devido ao grande número de desempregados, que, sem acesso à moradia, abdicaram de sua segurança e saúde, em troca da ocupação irregular de áreas livres, mas impróprias para a habitação.

Atualmente, as ações governamentais são direcionadas às camadas mais pobres (com renda mensal de até cinco salários mínimos), buscando reduzir o déficit habitacional⁴, aqui relacionado como um dos maiores problemas sociais do Brasil. Em Porto Alegre, o quesito Habitação⁵ tem sido definido como prioritário pela população. A capital gaúcha desenvolve a sua política de habitação prioritária através do Departamento Municipal de Habitação – Demhab⁶ (autarquia municipal), responsável pela construção de moradias populares para pessoas de baixa-renda, cumprindo seu papel de construir, não apenas casas, mas a realização do sonho de muitas famílias de morar dignamente.

Por essa razão, entende-se que a concepção de um projeto não passa apenas pelos livros e códigos de edificação, mas é obrigação de todo o arquiteto conhecer as

³ Como indicador de baixa renda, utilizou-se o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA que a define como a linha de até meio salário mínimo mensal de renda média familiar, per capita, para os meses de julho de cada ano (Fonte: IPEA).

⁴ Déficit habitacional é o estudo anual sobre o setor habitacional no país e a evolução de seus indicadores, considerando a falta ou inadequação do estoque urbano de moradias. Desenvolvido em parceria com o Ministério das Cidades, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Fonte: Fundação João Pinheiro - Secretaria de Planejamento e Gestão – Governo de Minas Gerais).

⁵ Em Porto Alegre, o tema da habitação se consolida nas assembleias do Orçamento Participativo (1992 – 2011) como principal demanda da cidade.

(Fonte: Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <www2.portoalegre.rs.gov.br>. Acessado em 15.10.2011).

⁶ O Departamento Municipal de Habitação - Demhab é o órgão executor da política habitacional de Porto Alegre.

necessidades básicas de quem vai habitar em qualquer tipo de edificação. A importância é saber enxergar o que muitas vezes está oculto, seja nas áreas nobres da cidade, ou mesmo nas sombras de uma ocupação irregular⁷. No nosso entender, um projeto urbanístico deve ser concebido como um processo de ação conjunta, onde as ideias são produzidas a partir do conhecimento técnico aplicado e discutidas com os verdadeiros interessados, aqueles que irão habitar o local.

Ambiente de pesquisa

Para este estudo, foram analisadas duas comunidades em Porto Alegre. A primeira, o **Loteamento Vale do Salso** (antiga Vila Vale do Salso), situa-se na Restinga, zona sul e abriga famílias que habitavam áreas irregulares do ponto de vista ambiental, com alto risco ou impróprias para a moradia. A segunda, o **Conjunto Residencial Nova Chocolateira** (antiga Vila Chocolateira), inicialmente ocupava um terreno na zona central da capital gaúcha e atualmente, adquiriu o direito à cidade formal⁸. Constata-se, assim, a urgência em compreender a linguagem dos moradores, traduzindo seus anseios e necessidades, mas, também, fazendo com que as famílias compreendam a informação técnica que os profissionais querem e precisam transmitir. Por essas razões, a pesquisa descrita neste artigo teve como proposta identificar, descrever e refletir o formato com que as informações produzidas pelo Demhab são compreendidas no processo de desenvolvimento e qualificação social das populações de baixa-renda, buscando respostas para as seguintes questões: De que forma as comunidades de baixa-renda recebem as informações a respeito dos projetos executados pelo Demhab? Qual é o grau de eficiência desse relacionamento, tomando como base o processo de comunicação estabelecido? A comunicação entre o poder público e as comunidades atendidas acontece de fato? Por fim, é possível admitir a inclusão social dessas comunidades, considerando o formato de comunicação que vem sendo praticado?

⁷ Dentre outros transtornos causados pela ocupação irregular do solo urbano, destacam-se os seguintes: desarticulação do sistema viário, dificultando o acesso de ônibus, ambulâncias, viaturas policiais e caminhões de coleta de lixo; formação de bairros sujeitos a erosão e alagamentos, assoreamento dos rios e lagos; ausência de espaços públicos para implantação de equipamentos de saúde, educação, lazer e segurança; comprometimento dos mananciais de abastecimento de água e do lençol freático. (Fonte: Carvalho Pinto. "Ocupação irregular do solo urbano: O papel da legislação federal", disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/conleg/artigos/direito/OcupacaoIrregulardoSoloUrbano.pdf>).

⁸ De acordo com a arquiteta Kênia de Souza Barbos, o padrão de urbanização brasileiro criou cidades segregadas, onde de um lado tem-se a cidade formal, que concentra os investimentos públicos e de outro lado a cidade informal, que cresce exponencialmente na ilegalidade urbana, sem atributos de urbanidade, exacerbando as diferenças socioambientais (Fonte: V Congresso de Direito Urbanístico: O Direito Urbanístico nos 20 anos da Constituição Brasileira de 1988 – Balanço e Perspectivas - Realização: Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico. Disponível: <http://www.ibdu.org.br/imagens/DIN__MIC.PDF> acessado em 15.10.2011).

Os objetivos do estudo foram direcionados ao campo da comunicação interpessoal, analisando o formato atual da relação entre o Demhab e as comunidades carentes de Porto Alegre, confrontando com os procedimentos atuais, adotados pelos técnicos no desenvolvimento de cada projeto urbanístico. Os objetivos específicos que constituíram as metas de elaboração desta pesquisa definiram as ações quanto aos aspectos metodológicos que tornaram possível chegar aos seguintes resultados finais:

- Identificação e análise sobre como a informação é repassada para os moradores na etapa de ocupação das casas;
- Aferição do nível de linguagem técnica empregada, verificando seu papel no processo de participação comunitária;
- Avaliação do grau de eficiência na linguagem adotada e identificação das expectativas dos usuários com o formato de comunicação utilizado pelos técnicos do Demhab durante as etapas de desenvolvimento de cada novo projeto;
- Identificação dos pontos frágeis do processo, a fim de qualificar esse formato de comunicação, atendendo às necessidades das comunidades carentes.

Percurso metodológico

Para compreender as características que determinam a relação comunicacional entre os arquitetos do Demhab e as comunidades por eles assistidas, optou-se pela pesquisa quantitativa e qualitativa, buscando garantir a precisão de resultados e evitar distorções de análise e interpretação.

Ao considerar a importância da comunicação com os grupos marginalizados, a pesquisa fundamentou sua análise a partir dos preceitos de Luiz Beltrão, reforçando a necessidade da importância do diálogo Freireano e sua ação transformadora social.

Reconhecendo o direito à informação como espinha dorsal da pesquisa, foi adotada a técnica de entrevista aberta e Grupo Focal para a investigação das questões que afetam os processos comunicativos, sob a ótica das comunidades de baixa-renda e suas lideranças comunitárias. Sobre essa questão, é fundamental caracterizar precisamente as funções desempenhadas pelos líderes comunitários e líderes de opinião.

Os líderes comunitários são identificados na presente pesquisa como os presidentes de associação de moradores⁹, e os conselheiros municipais¹⁰ são agentes oriundos das

⁹ Os presidentes das associações de moradores são eleitos pelas próprias comunidades e possuem função representativa similar a um condomínio residencial, com legislação regulamentada (Fonte: o autor).

¹⁰ Os conselheiros municipais são agentes de participação popular garantidos na Constituição Federal de 1988 e seu papel na gestão da cidade. Os Conselhos Municipais são regulamentados constitucionalmente (Fonte: o autor).

próprias comunidades que se distinguem pela capacidade de compreensão dos problemas sociais, desenvolvendo ações representativas que permitem realizar atividades voltadas para o bem-estar coletivo. Os líderes de opinião, por sua vez, são aqueles indivíduos que exercem um papel fundamental na mediação das informações e opiniões emitidas pelos meios e os receptores. Pires e Boll (2011, p. 73) entendem que Beltrão concebeu o conceito de líder de opinião como “um membro da comunidade que concentra as informações, interpretando-as e repassando-as segundo a lógica do grupo e da maneira mais apropriada à sua comunidade”.

A comunicação como identidade social

Discutir a comunicação como instrumento da cidadania, envolvendo populações de baixa-renda, certamente não é uma tarefa simples. A questão do acesso à informação, como integrante dos direitos humanos, remete obrigatoriamente ao sentido de conjunto, de construção, de participação. Um processo de comunicação que tem como base o resgate histórico de mobilização entre os grupos sociais, classificados por Beltrão como marginalizados¹¹, está presente tanto no âmbito urbano quanto rural.

Ao abordar a estreita relação que envolve realidades tão distintas - os técnicos e as comunidades carentes - esta pesquisa enseja a busca de uma alternativa teórica que agregue eficácia no processo de comunicação, através do reconhecimento do verdadeiro diálogo. A troca de informações, através da interatividade, respeitando as peculiaridades de cada grupo, é fundamental na busca de referenciais que auxiliem a compreensão desse complexo modelo de comunicação.

De acordo com o pensamento de Marques de Melo (2007b), convém observar as diferenças existentes entre a comunicação interpessoal e a grupal, onde, de um lado estão os atos de comunicação interpessoal (tradicionalmente objetos de estudos das ciências da linguagem ou das ciências do comportamento), e os atos de comunicação grupal (geralmente privilegiados pelas ciências da educação ou pelas ciências da administração).

Trabalhar com a linguagem adequada para as comunidades de baixa-renda significa desenvolver mecanismos de apoio para que elas possam compreendê-la e utilizá-la como uma ferramenta de integração, revertendo a lógica perversa presente nesse formato de relação social estabelecida. A linguagem passa a ocupar um papel fundamental para o

¹¹ Luis Beltrão conceitua marginal como um indivíduo à margem de duas culturas e de duas sociedades que nunca se interpenetraram e fundiram totalmente: “Então tínhamos em mira, apenas grupos marginalizados cultural e geograficamente. Hoje pensamos que as pesquisas se devem estender a outros setores excluídos, sem acesso aos mass mídia, pela sua posição filosófica e ideológica contrária às normas culturais e dominantes, setores que se poderiam classificar de contra culturais” (BELTRÃO, 1980, p. 39).

técnico que tem como objetivo abrir espaço no universo fechado da exatidão dos projetos urbanísticos e arquitetônicos. É necessário dedicar uma visão mais humana a esse grupo de pessoas especiais que, devido à sua condição de vida e de exclusão social, tem na incompreensão sua dificuldade maior.

O diálogo como superação de barreiras

A proposição do diálogo é a melhor alternativa para eliminar toda e qualquer barreira que dificulte as condições de comunicação com a comunidade. Permite a aproximação de patamares sociais e a consequente abertura para um relacionamento favorável. Sabe-se que a contrastante realidade vivida por esses grupos traz consigo um leque de histórias urbanas emblemáticas, que revela o tensionamento existente na formação das vilas populares, enquanto espaço urbano. Muitos deles isolados, escondidos em sua marginalidade, são ignorados em decorrência de um processo de segregação, como reféns do contexto urbanístico e social.

Entretanto, é necessário conceber que, se a produção do conhecimento particular constitui um elemento importante no processo de identidade cultural, é somente a partir da sensibilidade intercultural, presente nas diversas comunidades que têm o poder de gerir as diferenças culturais, que se pode reconhecer e aceitar suas diferenças. A partir das transformações globais, na perspectiva da comunicação e da informação, muitas práticas vêm sendo revisadas no sentido de conectar as diferentes áreas do conhecimento, permitindo que a humanidade possa compartilhar cada novo saber adquirido.

Assim, a Folkcomunicação e a Educomunicação se aliam para que todo o indivíduo, mesmo o de menor cultura como, por exemplo, determinados moradores de comunidades populares, supere suas dificuldades e adquira capacidade de intervir na realidade em que vive.

Nesse panorama, a Educomunicação surge como elemento formador das bases sócio-culturais, um importante instrumento na formação da consciência democrática no campo do conhecimento. Tratando-se de Educomunicação, é necessário destacar a grande contribuição de Paulo Freire e sua proposta diferenciada, enfatizando os fundamentos éticos no aprendizado como elemento transformador dos indivíduos segregados socialmente. O diálogo na comunicação traduz um conjunto de signos e significações, referenciando a história específica de cada grupo, sua trajetória de vida e suas peculiaridades, como patrimônio subjetivo da sociedade.

As manifestações culturais de um povo possibilitam demonstrar as composições global, participativa e interativa dos múltiplos cenários em contato uns com os outros. Ao preservar esses valores, a Folkcomunicação, vista como a primeira Teoria das Ciências da Comunicação e da Informação genuinamente brasileira, constitui-se como sistema de expressão cultural das classes subalternas ou dos grupos marginalizados, apesar de sua universalidade. Para Marques de Melo (2007b, p. 21), ela se caracteriza pela “utilização de mecanismos artesanais de difusão simbólica para expressar, em linguagem popular, mensagens previamente veiculadas pela indústria cultural”.

A representatividade da cultura brasileira expressa pela Folkcomunicação, segundo Benjamin (2008, p. 287), despertou o interesse da comunidade científica, e passou a ser ensinada e pesquisada nas universidades, graças ao “recurso de diversas técnicas de pesquisa em uso nas ciências humanas e nas ciências da linguagem”. Segundo o autor, essas técnicas terão sucesso se utilizadas isoladamente ou em combinações variadas, aliadas à experimentação e à criatividade, sem prejuízo do rigor científico nas investigações. Foi desta forma que muitos trabalhos resultaram na publicação de estudos provenientes de pesquisas de campo, de reflexões teóricas e das aplicações de metodologias próprias da pesquisa. Benjamin (1999) reforça a necessidade de reconhecer a importância da comunicação interpessoal e grupal - inclusive pelos seus aspectos de mediação - tanto entre a população de cultura *folk*, como nos demais segmentos da sociedade.

Compreendendo a importância desses princípios, a análise dos diferentes contextos socioculturais (nos quais estes grupos marginalizados estão inseridos) evidencia questões importantes, presentes em sua essência comunicativa, e que devem estar, obrigatoriamente, relacionadas com o formato de comunicação a ser utilizado por quaisquer técnicos que representem o poder público.

Dessa maneira, ao desconsiderar o potencial da comunicação popular, alguns técnicos desprezam também a cultura local, oriunda da realidade das vilas populares brasileiras, reproduzindo o discurso impessoal presente em boa parte das repartições públicas. Benjamin (2008) reforça a necessidade de que os órgãos públicos capacitem seus técnicos para o contato com os populares a fim de que esses sejam habilitados a elaborar os projetos e auxiliar os grupos populares.

Sendo assim, ao se evidenciar a presença de populares em reuniões com técnicos do poder público, deve-se considerar que sua grande maioria é composta por indivíduos de culturas diversas, mas que, se bem orientados, poderão se tornar intermediários da informação ou líderes de opinião, como preconizado por Beltrão.

Estes grupos se concentram em favelas, construções populares de baixo custo ou nenhum custo em áreas periféricas dos centros urbanos. [...] A habitação, em si, também gera doenças e incapacidade para o trabalho e para a integração/ascensão social de tais indivíduos (BELTRÃO, 1980, p. 56).

A Folkcomunicação considera, assim, a existência de novas possibilidades para a comunicação, preservando a identidade social e cultural dos indivíduos, ao mesmo tempo em que permite a troca de valores existentes como expressão de ideias. Preserva o aspecto natural em detrimento da frieza institucional. Pressupõe o diálogo como instrumento de negociação, comunicação e entendimento. Ao serem empregados os ensinamentos de Beltrão, é possível descobrir as formas com que o indivíduo, não afetado diretamente pela mídia, pode se comunicar em sociedade.

Contextualizando para o campo da habitação, Beltrão (1980) reconhece a concentração desses grupos marginais nos aglomerados de moradias periféricas (vilas ou favelas), erguidas sem consentimento dos proprietários, onde as construções não obedecem a qualquer tipo de planejamento. O autor descreve um cenário que se mantém atual ainda hoje, fruto da carência e da exclusão do mercado de trabalho. Observa-se, no entanto, que a expressão contínua da pobreza é atenuada pela existência de um sentimento solidário, presente em cada comunidade.

Como base de seus estudos, Beltrão utilizou os preceitos de Lazarsfeld¹² a respeito da influência dos formadores de opinião¹³ no processo de comunicação coletiva, onde a mensagem passa por um intermediário antes de chegar até sua audiência final. Por essa razão, o pesquisador brasileiro classificou o sujeito intermediário como “líder de opinião”, ao servir como comunicador, transmitindo cada mensagem através de um canal *folk*, ou audiência *folk*. Assim, os grupos sociais passam a utilizar seus próprios métodos de transmitir a informação, tendo na figura do mediador, uma pessoa que consegue decodificar e retransmitir as mensagens a partir de uma linguagem compreendida pela maioria dos moradores da comunidade.

Beltrão passou a considerar esses mediadores como agentes da Folkcomunicação, cumprindo o papel de mediadores dos processos de recepção das mensagens midiáticas que circulam nos vários estágios de difusão entre os grupos de referência. Trata-se de processos

¹² Paul Felix Lazarsfeld (1901-1976), sociólogo austríaco, considerado um dos mais importantes sociólogos do século XX, responsável por grandes contribuições metodológicas e científicas no campo dos estudos de opinião pública, marketing político e mídia de massa.

¹³ Para Lazarsfeld, o processo da comunicação coletiva recebe a influência dos formadores de opinião, ou seja, indivíduos que servem como referência para os demais e que, devido ao seu conhecimento, passam a ser transmissores das informações veiculadas pelos meios de massa.

de comunicação popular preservados pelas comunidades rústicas do Brasil rural e dos subúrbios metropolitanos, que agem como recodificadores das mensagens da grande mídia. Conforme o autor (2001), estes indivíduos são líderes de opinião que filtram as mensagens segundo os padrões de consenso existentes nos grupos primários, ou seja, pessoas simples, que conseguem coordenar o pensamento de outras, colocando-as em sintonia com a construção social comunitária. Para o teórico (2001), o papel do líder de opinião é de grande responsabilidade perante o grupo, afinal, é ele que repassa a mensagem e as interpreta de acordo com os códigos particulares da comunidade. Ele adquire importância e reconhecimento ao reforçar um diálogo aberto e ativo, respeitando os interesses comunitários.

Para Marques de Melo (2008), os líderes de opinião não apenas reciclam a linguagem, mas intervêm no conteúdo das mensagens, reinterpretando-as segundo os padrões de comportamento vigentes nesses agrupamentos periféricos, adaptando as normas de conduta do grupo social, enfrentando as mudanças comportamentais da sociedade, porém mantendo a unidade do grupo como forma de sobrevivência.

Cada liderança exerce um papel muito importante nas comunidades, no campo, nas cidades do interior ou nas periferias metropolitanas. Um presidente de associação de moradores de uma comunidade de baixa-renda, na condição de líder comunitário, tem como base seu prestígio e influência diante do grupo, sendo o representante junto ao poder público nas tomadas de decisão e obtenção de informações de difícil acesso.

Pode-se traçar um paralelo entre os líderes de opinião e os líderes comunitários que, através da convivência e conhecimento do grupo, interagem como mediadores da informação repassada pelos técnicos, ou, como entende Trigueiro (2010), agindo como malhas que operam interligadas por diferentes pontos de vista, de classes sociais, posições políticas, religiosas e econômicas, no interior da família e nas instituições sociais de uma comunidade, bem como com distintos códigos éticos e morais. Assim, tendo consciência da comunicação como um processo que surge do cotidiano, a necessidade de interpretar as diversas linguagens presentes na relação entre os técnicos do poder público e as comunidades de baixa-renda adquire um valor maior, ao pensar a natureza destes processos culturais, políticos e sociais como base deste relacionamento humano.

Recomendações

Os resultados deste trabalho tiveram por objetivo evidenciar a importância do referencial humano nos processos comunicacionais, refletida na relação entre as

comunidades de baixa-renda e arquitetos responsáveis por projetos de habitação de interesse social.

A interpretação das entrevistas tornou-se um sinalizador valioso para este estudo, ao reafirmar que o processo de comunicação informal ou popular é a melhor representação dos valores comunitários. A partir dos resultados, foi possível compreender a difícil realidade vivida pelas comunidades que, mesmo fazendo força para superar suas dificuldades, na maior parte das vezes são ignoradas e desprezadas pela sociedade. Ficou claro, também, que o poder público deve dar atenção especial a esse relacionamento, considerando o diálogo transdisciplinar como instrumento de desenvolvimento cultural comunitário.

O poder da comunicação como fruto de um pensamento que se manifesta de forma viva, através da linguagem, democraticamente, permite a qualquer ser humano exteriorizar suas ideias. Essa afirmação possibilitou compreender que a linguagem técnica, utilizada pelos arquitetos, tem influência nesse processo de comunicação também com os representantes das comunidades de baixa-renda. Ao referendarem a importância da participação das suas lideranças nas reuniões, as comunidades evidenciaram um elevado grau de confiança em seus representantes, que neste trabalho, têm conotação idêntica aos líderes de opinião, descritos por Beltrão (2001).

Foi constatado também que as comunidades pesquisadas não acreditam que os técnicos do poder público levem em consideração a vivência comunitária no momento da concepção de seus projetos de habitação. Ao acenar negativamente, a maioria dos moradores entrevistados reforça a ideia do preconceito social ao não ser convidada a participar com suas opiniões.

Através das entrevistas, também pudemos constatar que a maioria dos moradores respeita seus líderes comunitários não apenas como representantes legais, mas também pelo sentimento de doação que esses indivíduos desenvolvem nas comunidades.

A possibilidade do diálogo, como fator essencial na troca de experiências, foi considerada pelos líderes como uma necessidade no processo de aproximação entre os arquitetos e as comunidades de baixa-renda. Os moradores demonstram sua discordância quanto à forma com que as informações são repassadas pelos técnicos ao afirmarem que a relação carece de um diálogo eficiente, onde o conteúdo seja transmitido de forma compreensível. Por essa razão, os entrevistados preconizaram a urgência de que os arquitetos utilizem uma linguagem que favoreça o processo de comunicação com as comunidades de baixa-renda no momento das reuniões de projeto.

Também a partir de entrevistas verificou-se que alguns líderes não consideram essencial o uso da língua culta para se destacarem socialmente. De fato, muito embora a linguagem técnica seja própria dos projetos de habitação social, sua utilização deve ser aplicada conforme sua necessidade. Partindo dessa definição, os líderes evidenciaram que o entendimento por parte dos moradores seria facilitado se os arquitetos fossem mais claros na sua forma de transmitir os conteúdos, alterando alguns termos técnicos por outros mais usuais, ou mesmo com o uso de analogias e figuras de linguagem.

Tal qual evidenciado na Folkcomunicação, a eficiência dos processos de comunicação com indivíduos culturalmente marginalizados tem como prerrogativa conhecer e respeitar o público com o qual se deve interagir. Uma compreensão mútua que deve ser concebida em conjunto, democratizando o poder e o saber, presentes durante a construção de projetos públicos dirigidos a comunidades carentes, seja na área habitacional ou em qualquer outra que envolva conhecimento técnico.

Com este estudo, procurou-se demonstrar que o processo de comunicação somente terá sua qualificação a partir da preocupação dos arquitetos do poder público em adotar uma linguagem adequada em sua relação com as comunidades de baixa-renda, o que pode ser feito com o auxílio de especialistas em comunicação comunitária.

Entende-se que os arquitetos devem transmitir a informação de maneira que favoreça a apresentação dos conteúdos técnicos para um público tão específico quanto o das comunidades em grau de vulnerabilidade social. A pressuposição por parte dos arquitetos de que o conhecimento técnico – apreendido nos meios acadêmicos e propagado no universo fechado dos escritórios de arquitetura e urbanismo – pode ser assimilado (ou minimamente compreendido) por cada morador de uma comunidade carente, é um indicativo das dificuldades que surgem neste tipo de comunicação.

É imprescindível transgredir no uso da língua culta, adotando uma comunicação compreensível, equilibrada e eficiente. Com o avanço dos recursos tecnológicos, é possível empregar uma tecnologia mais moderna e adequada que favoreça a compreensão por parte dos indivíduos das comunidades de baixa-renda.

A pesquisa reforçou, igualmente, a necessidade da abertura do diálogo às ideias advindas das comunidades mais pobres, reforçadas pela compreensão de que não cabe somente ao intelectual produzir o conhecimento. Essa condição implica aceitar a heterogeneidade do saber como uma maneira de indicar o retorno à prioridade dos mecanismos de sociabilidade como condição existencial desses grupos marginalizados.

Relembrando os preceitos de Beltrão, expostos nesse trabalho, os arquitetos falando clara e abertamente para transmitir as informações para cada grupo em situação de

vulnerabilidade social, poderão evitar conflitos no processo de comunicação, eliminando as barreiras de compreensão, presentes nas dificuldades de um grupo de pessoas, que, devido ao seu histórico de abandono social, não está acostumado aos padrões técnicos de linguagem.

Tem-se certeza de que cada novo empreendimento social produzido pelo Demhab será enriquecido com o envolvimento de todos os membros da comunidade, através da conscientização sobre a importância da comunicação, garantindo não apenas o direito à informação, mas a construção de sua própria identidade.

Referências

- BELTRÃO, Luiz. Comunicação popular e Região no Brasil. In: **Marques de Melo**, José, (org) **Comunicação / incomunicação no Brasil**, São Paulo: Loyola UBC, 1976.
- _____. **Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados**. S. Paulo: Cortez, 1980.
- _____. **Folkcomunicação: Um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.
- _____. **Folkcomunicação: Teoria e metodologia**. São Bernardo do Campo: Umesp, 2004.
- BENJAMIN, Roberto. A nova abrangência da Folkcomunicação. In: **PCLA**. Revista Científica Digital, v.01, nº 01,1999.
- CANCLINI, Néstor. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. In: **Opinião Pública**. v.07, nº1, Campinas: CESOP -Centro de Estudos de Opinião Publica da Universidade Estadual de Campinas, 2002, p.40-53.
- HOHLFELDT, Antônio. A Comunicação enquanto diálogo em Paulo Freire e Luiz Beltrão. In: FERREIRA, Giovandro (et. al.) **Teorias da comunicação**: trajetórias investigativas. Porto Alegre, Edipucrs, 2010, p.183-198.
- MARQUES DE MELO, José. Contribuição aos Estudos acadêmicos da Folkcomunicação. In: MARQUES DE MELO, José; TRIGUEIRO, Osvaldo (orgs). **Luiz Beltrão: Pioneiro das ciências da comunicação no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; Intercom, 2008.
- _____. Folkcomunicação In: GARDINI, Sérgio; WOITOWICZ, Karina (Orgs.). **Noções Básicas de Folkcomunicação**: uma introdução aos principais termos, conceitos e expressões. Ponta Grossa: Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2007, p. 21-24.
- _____. Introdução in BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: Um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.
- _____. **Mídia e Cultura Popular**. História, taxionomia e metodologia da Folkcomunicação. São Paulo: Paulus, 2008.
- PIRES, Marcelo e BOLL, Armindo. A folkcomunicação como alavanca para o fortalecimento do poder em comunidades populares. In: **Território da folkcomunicação**. MACIEL, Betânia;

MARQUES DE MELO, José (Orgs.). Natal: UFRN, Departamento de Comunicação Social, 2011, p.68-81.

TRIGUEIRO, Osvaldo. **A espetacularização das culturas populares ou produtos culturais folkmediáticos**. In: Biblioteca on-line de ciências da comunicação, 2005.

Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/trigueiro-osvaldo-espetacularizacao-culturas-populares.pdf> > Acessado em: 14.04.2010.